

"Se essa rua fosse nossa": Construção de identidade de gênero em plataformas virtuais

Pedro Henrique Baptista Reis

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul. RS. Brasil.
Contato com o autor: pedro.reis.hb@gmail.com

Resumo: O artigo a seguir parte de múltiplas perspectivas – tanto clássicas quanto contemporâneas – para reconstruir os processos de construção de identidade através da mediação por computador. A partir dessa premissa, relaciona esse processo com a questão do gênero e posteriormente do feminismo, para assim analisar o caso do coletivo “Se essa rua fosse nossa”, comunidade iniciada no *Facebook* que promove a segurança das mulheres nas ruas da capital do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Construção de identidade. Feminismo. Cibercultura.

Abstract: “Were this street ours” **Gender identity construction in virtual platforms.** The following paper takes in multiple perspectives – both classical and contemporary – of cultural studies to reconstruct the processes of identity construction through computer mediation. From this premise, it relates the process both to the question of gender and then the feminism, so that it is possible to analyze the case of the **collective** “Se essa rua fosse nossa” (Were this street ours), which is a Facebook community aimed at promoting women security on the streets of Porto Alegre, capital of Rio Grande do Sul (the last state South to Brazil).

Keywords: Identity construction. Feminism. Cyberculture.



“Se essa rua fosse nossa”: construção de identidades de gênero em plataformas virtuais

1 Introdução

A proliferação de redes sociais transformou-se em plataforma para relacionamentos e contestação. De acordo com Castells (apud: RÜDIGER, 2011), “[...] as mídias digitais interativas não são mais meios de comunicação no sentido tradicional”, elas desencadeiam processos de atuação que rescindem fronteiras através de usos, práticas e discursos ligados a eles, no sentido de oferecerem a capacidade de gerar e gerir conteúdos e a si mesmos.

Ao invés de processos de “um-muitos”, segundo Castells, a revolução técnica, científica e cultural que incide enquanto revolução dos usos e apropriações das novas tecnologias da informação e comunicação, permite uma “sociedade em rede” que

[...] não apenas está se fazendo [a si mesma] cada vez mais inclusiva mas, via os recursos que desenvolve e coloca à disposição, está estimulando a iniciativa e a ação comunicativa dos sujeitos, fazendo emergir uma audiência criativa que, quando ela não mesmo cria, se apropria das mensagens nela em circulação com seus próprios códigos e processos de comunicação (RÜDIGER, 2011, p. 131).

Nesse cenário os sujeitos podem ser ativos na (re)construção dos discursos e representações que lhe são atribuídos através da atuação e coabitação dos meios ditos massivos com esses propriamente pós-massivos. Essas mídias pós-massivas, computacionais e ubíquas, são *loci* múltiplo de dinâmicas comunicacionais e vivências identitárias, onde os sujeitos se veem atravessados por forças conflitantes e interagentes e vê a si mesmo como agente que atua diretamente na construção não apenas de si, mas dos múltiplos processos de identificação e aculturação aos quais está exposto, cria e reproduz. Ainda que não exatamente um espaço, o dito *ciberespaço* possui, em latência, a possibilidade de ser um novíssimo campo de trocas e inversões impensáveis e propriamente impossíveis há duas ou três décadas.

Enquanto essa faceta pessoal e articuladora se encarrega de imputar à vivência individual mediada por computador de determinadas cargas simbólicas, a faceta econômica se encarrega de possibilitar as camadas cada vez mais distintas das mais distintas regionalidades e territorialidades acesso fácil, imediato e barato aos serviços (motores de busca, bancos de dados, aplicativos de *chat* ou social media, etc.) e equipamentos (especialmente telefones celulares habilitados a trafegar em redes 3G e 4G) que, em dois modos, concedem “voz” (COULDRY, 2010) aos sujeitos. Em um primeiro plano, permitem que o sujeito tenha “voz enquanto processo”, expressar a si mesmo dentro dos confins de sua própria localidade,



Pedro Henrique Baptista Reis

cultura, gênero ou etnicidade, mas, também, num segundo momento permite aos sujeitos "voz enquanto um processo de processos": a voz enquanto um valor. Em outras palavras, ao colonizar os cotidianos, essas redes mediadas por computadores tornam-se mais do que meramente veículos de comunicação pessoa-a-pessoa (*peer-to-peer*) ou pequenos palanques digitais (pessoa-a-muitas-pessoas/muitas-pessoas-a-pessoa), elas se tornam evidências materiais da expressão de um ser vivente enquanto partícipe de sua cultura, etnia, gênero, nação, etc e, em si mesmas, um valor-em-si.

Aqui buscamos analisar como esse processo de "construção de si" (TAYLOR, 1989) ou "narração de si" (CAVARERO, 2001) pode ser modificado a partir da problematização da identidade na atuação dos sujeitos nessas redes. O objeto escolhido para nortear esse estudo é a comunidade virtual "Se essa rua fosse nossa". Criada em março de 2015 por um grupo de jovens de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, esse coletivo que agencia ações e intermedeia informações através do *Facebook*, objetiva promover a segurança física e simbólica daqueles sujeitos que se identificam enquanto gênero feminino nos espaços urbanos perturbados ou interseccionados por narrativas de violência masculina/patriarcal – especialmente de natureza sexual.

Se Butler (2010) está correta ao reafirmar a máxima de Simone de Beauvoir, que "ninguém nasce mulher, mas se torna uma", encontramos na comunidade "Se essa rua..." a continuação dessa mesma lógica formativa. A escolha justifica-se pelo caráter de "continuidade" desse pensar a construção e manutenção das identidades de gênero. Enquanto Butler afirma que para um sujeito é preciso "tornar-se", onde "diferença sexual [...] nunca é simplesmente uma função de diferenças materiais que não são de um jeito ou de outro marcadas e formadas por práticas discursivas" (BUTLER, 2010, p.xi), a comunidade afirma que é preciso continuar afirmando-se enquanto esse "se-tornar", na continuidade de uma agência simbólica e política e que opera como individuação ('eu sou mulher'/eu não sou mulher'). A comunidade busca conjugar a ação e a representação do que é ser e esse "se-tornar" mulher numa atuação conectiva através das redes sociais que tem por núcleo duro a iniciativa de conscientizar a respeito dos direitos e da segurança física e simbólica da mulher numa cultura cada dia mais arraigada enquanto cultura da mídia.



“Se essa rua fosse nossa”: construção de identidades de gênero em plataformas virtuais

2 Cultura, Voz e Construção de Identidade

Mesmo que as inovações presentes na indústria cultural já tivessem começado a frequentar o centro do sistema de cultura dos Estados Unidos e de outras democracias capitalistas, conforme já relatadas por teóricos da Escola de Frankfurt, foi a partir do advento da televisão que a mídia propriamente se tornou “força dominante na cultura, na socialização, na política e na vida social.” (KELLNER, 2001).

O surgimento e a popularização da internet, no entanto, tornaram os meios massivos, como a televisão e o rádio, apenas mais um dos interlocutores das relações sociais mediadas por uma comunicação que é ela mesma propriamente social e cada vez mais mediada por tecnologias computacionais. Àquelas oferecidas pelo aparato televisivo, se seguiu uma nova relação, ainda mediada por imagens e discursos, mas que mostrava a mídia massiva como limitada e, mais que isso, limitadora.

As tecnologias recentes, pós-massivas, são mediadas pelos computadores e espriadas, fazem as fronteiras estabelecidas pela antiga mídia massiva se deslocarem e junto com elas os limites das imagens, representações e também discursos que se constituem como “novos ramos” e “novos rastros”. Essas novas formas relacionais e interações se tornam, então, elementos cruciais numa nova problematização das identidades, principalmente quando observadas sob uma perspectiva sociocultural: “Em nossas interações sociais, as imagens produzidas para a massa orientam nossa apresentação do eu na vida diária, nossa maneira de nos relacionar com os outros e a criação de nossos valores e objetivos sociais.” (KELLNER, 2001, p. 29).

A construção de identidade do sujeito a partir de suas interpretações e vivências culturais, bem como suas visões de mundo é, no entanto, parte de um movimento relacional que complexifica as mensagens (visuais, discursivas, etc.) veiculadas tanto pela mídia massiva quanto por essa nova pós-massiva. O sujeito pós-moderno (HALL, 2011) não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente. Enquanto se constrói e se problematiza, esse sujeito enfrenta contradições e deslocamentos de identificações; ele participa do desafio inevitável de compreender-se em um contexto cultural e temporal infinitamente diversificado e, ao mesmo tempo, imediatista.



Pedro Henrique Baptista Reis

O sujeito, previamente vivido, como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais “lá fora” e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático (HALL, 2011, p. 12).

Nesse contexto, a participação ativa em movimentos sociais enfatiza esse dualismo em diversos aspectos, mas principalmente no sentido de que se procuram grupos onde seja passível de se compreender a existência de semelhanças ao mesmo tempo em que nos adaptamos e concebemos em concordância com o que o grupo “espera” que devamos oferecer. Enquanto molda sua subjetividade, o sujeito também busca enquadrá-la nas expectativas e perspectivas dos outros e ao mesmo tempo molda, em contrapartida, também o grupo em suas modalidades e em suas expectativas. Esse fenômeno não acontece apenas em função do pertencimento, mas também com o objetivo de juntar-se àqueles com intenções similares a fim de fazer-se mais significativo, de sentir-se mais ouvido, de “ter voz”.

“Ter voz”, nesse contexto, significa, então, não só ser reconhecido, mas reconhecer-se como parte importante de um âmbito social. De acordo com Couldry (2010), via Judith Butler, esse processo começa com o ato de se dar conta das condições de vida, sejam condições internas ou externas, subjetivas ou objetivas. Isto é, permitir que tal sujeito tenha espaço para contar sua história, permitir que ele tenha recursos para fornecer uma narrativa a respeito de si e de seu cenário social. É importante destacar, no entanto, que a voz é “socialmente fundamentada”; ela “não é uma prática de indivíduos isolados. [...] a narrativa como um processo é inimaginável exceto como parte de uma contínua troca de narrativas com os outros.” A voz acontece quando o sujeito aparece como indivíduo, quando manifesta a necessidade humana de oferecer narrativas a respeito de um si-mesmo e de seus entornos: “uma identidade que, desde o início até o fim, é entrelaçada com outras vidas com exposições recíprocas e inúmeros olhares - e [que] precisa da narrativa do outro” (CAVARERO, 2000, p. 88). A participação em movimentos sociais se torna dinâmica de identificação (ligação a grupos de pertença) e ao mesmo tempo apresentação de si para esse Outro que pode, assim, narrar a nós e a si mesmo. Tornamo-nos, então, si-mesmos narráveis (*narratable selves*).



“Se essa rua fosse nossa”: construção de identidades de gênero em plataformas virtuais

A construção de identidade é um transcurso que parece entre o individual e o coletivo, que se imiscui na necessidade/capacidade de narrar a nós mesmos, aos outros e ao mundo a nosso redor. A compreensão dessas construções é uma ferramenta importante para a análise não apenas das construções em si dos sujeitos na contemporaneidade colonizada por formas de auto-expressão, mas é também, arguimos, uma ferramenta essencial para conjugarmos aquilo que os discursos e imagens da mídia (tanto massivas quanto pós-massivas) reverbera e “reflete” nos discursos dos próprios sujeitos, no caso específico aqui, das mulheres, acerca de si mesmos (BAPTISTA E ESCOSTEGUY, 2015). Não basta, no escopo aqui, perguntarmos apenas “quem” (CAVARERO, 2000, p. 20): o impulso em direção a autoexibição através do qual os seres humanos se encaixam num mundo de aparências e que faz da identidade uma exposição do quem para o olhar de questionamentos alheios precisa ser conjugada com a prévia exposição de modos possíveis de vida (mídia massiva) e com a exploração da voz enquanto processo que se desenvolve com mais amplitude nas redes sociais *online* e na atuação mediada por computador (mídia pós-massiva). Em uma comunidade ou coletivo esse movimento acontece em todas as direções o tempo todo, fazendo com que a concepção de cada sujeito, portanto, do sujeito enquanto indivíduo, aconteça perante os olhos daqueles com quem convive e sob a influência dos mesmos. O caso que abordamos aqui busca desvelar se essa articulação tem fundamento quando falamos de comunidades *online*/interações mediadas por computador e se essa nova articulação pode dar fôlego ao(s) problema(s) especificamente feminista(s) envolvidos na construção da identidade e na narratividade de si.

“A sociedade é que dá forma às tecnologias” (CASTELLS, 2005, p. 17), então um movimento social online, mesmo que possua características específicas de determinada rede social ou do canal utilizado para “encontro” dos mesmos, pode atuar como reflexo do que esse círculo social busca num espaço real.

Os sistemas tecnológicos são socialmente produzidos. A produção social é estruturada culturalmente. A Internet não é exceção. A cultura dos produtores da internet moldou o meio. ... elas contribuem para uma ideologia da liberdade, que é amplamente disseminada no mundo da Internet (CASTELLS, 2000, p. 34).

O foco desse esforço, no entanto, é desvendar exatamente se essa determinação social da tecnologia, a qual Castells alude, é um operador fático para o caso em questão ou - no sentido de manifestar a utilização (usos e práticas que se constroem ao redor de uma nova



Pedro Henrique Baptista Reis

ferramenta de interação ou plataforma de e para relacionamentos) - se a utilização do meio específico (mídia pós-massiva) encontra seus próprios operadores determinados em si-mesmos.

3 Identidade, Gênero e Feminismo

A teoria feminista assume que existe uma identidade que, entendida entre diferentes categorias de mulheres, não apenas inicia interesses e objetivos feministas através do discurso, mas também constitui um assunto para o qual se procura representação política¹. Segundo Butler (2005), a questão do sujeito é crucial quando se trata de representação política. De fato, há argumentos para afirmar que suas teorizações sobre identidade performativa são indispensáveis ao feminismo pós-moderno (SALIH, 2015). No entanto, conforme aponta a autora, existem algumas questões que não podem ser deixadas de lado quando examina-se o sujeito objeto do feminismo. O conflito central, ela escreve, é a noção de que encontramos seguidamente o termo mulheres como denominador de uma identidade comum. Em vez de um significador estável que comanda os assentos daqueles que pretende descrever, o termo “mulheres”, mesmo no plural, tem se tornado problemático.

Para muitos teóricos feministas contemporâneos, o conceito de mulher é um problema. É um problema de significado primário porque o conceito de mulher é o conceito central da teoria feminista mas ainda assim é um conceito impossível de ser formulado precisamente por feministas (ALCOFF, 1988, p. 405).

Esse argumento é acompanhado por outros equívocos, como a tentativa de isolar gênero das outras “intersecções culturais”.

Se alguém “é” uma mulher, isso não é tudo que esse alguém é; o termo falha em ser exaustivo, não porque a pessoa com gênero pré-definido transcenda a parafernália competida ao gênero, mas porque gênero nem sempre é constituído coerentemente ou consistentemente em diferentes contextos históricos, e porque gênero é interseccionado com modalidades raciais, econômicas, étnicas, sexuais e regionais

¹ No curso desse trabalho, equacionamos *política* à definição nos dada por Hannah Arendt, em muitos de seus trabalhos, mas que é especialmente sintética em um texto que compõe o livro *Amor Mundi: explorations on the Faith of Hannah Arendt*, 1987, de James Bernauer: política são os assuntos dos homens.



“Se essa rua fosse nossa”: construção de identidades de gênero em plataformas virtuais

de identidades constituídas discursivamente. Como resultado, torna-se impossível separar “gênero” das intersecções políticas e culturais nas quais é invariavelmente produzido e mantido (BUTLER, 2010, p. 4).

Unindo os raciocínios de Butler com os de Hall apresentados anteriormente, pode-se afirmar que, embora o feminismo e a luta contra hegemonia contenham participantes com visões de mundo similares, não se pode tratá-los de maneira universalizada. “A identidade de gênero é uma sequência de atos” (SALIH, 2015, p. 65), mas como toda ação humana, esses atos “são não apenas imprevisíveis, como também irreversíveis” e não possuem um autor! “Ainda que todo mundo comece sua própria história, pelo menos sua própria história de vida, ninguém é o autor ou produtor dessa história” (ARENDRT apud BERNAUER, 1987, p. 40). A problemática que é trazida à tona é entre performance e performatividade (SALIH, 2015, p. 66): entre a ação que tem por “trás” um agente, um sujeito, e aquela que tem um, mas “não exatamente onde esperaríamos encontrá-lo” (ARENDRT apud BERNAUER, 1987, p. 40)

Compreender a imprevisibilidade/irreversibilidade da performatividade nessa construção através de atos de fala (voz) e atos políticos, depende, no foco que temos aqui, em problematizar o termo “mulher” ou “mulheres” como um conceito duplo: que refere a um processo e a um conjunto de valores. Compreender a construção de si/da identidade através de uma noção de si-mesmos narráveis é já incluir a conjugação e estar ciente à abertura para intervenções e ressignificações. No caso, é atentar para a inexistência de um *telos* que governe os processos de aculturação e construção (BUTLER, 2010, p. 44). Presumí-lo seria um ato de generalização e banalização não apenas da identidade de gênero, mas das identidades no contexto da contemporaneidade e se caracterizaria como uma forma de exclusão. É crucial que se reconheça a pluralidade de sujeitos ao mesmo tempo em que se encontram os pontos comuns no desenvolvimento da identidade dos sujeitos e seus grupos. “O problema com gênero é que prescreve o que devemos ser ao invés de reconhecer o que já somos” (ADICHIE, 2014).

Butler, por consequência, levanta um debate acerca dos procedimentos de identificação das mulheres consigo mesmas e com o sexo feminino - levanta, assim, a problemática do termo duplo mulher/mulheres. A priori, ela argumenta a respeito da identificação maternal e como essa teoria Lacaniana acaba por ter características misóginas em função de levar em consideração aspectos das “leis paternas”, o que acaba por violar o



Pedro Henrique Baptista Reis

objetivo do seu estudo que é levantar um modelo de identificação que seja, no mínimo, aplicável à identidades variadas. A conclusão a qual a autora chega relaciona-se diretamente com o previamente visto em Hall e Cavarero:

A perspectiva alternativa que surge a respeito de identificação proveniente da teoria psicanalítica sugere que identificações múltiplas e coexistentes causam conflitos, convergências e dissonâncias inovadoras dentro de configurações de gênero com respeito à lei paternal. De fato, a possibilidade de múltiplas identificações [...] sugere que a “lei” não é determinista e que “a” lei sequer deve ser expressa no singular (BUTLER, 2005, p. 91).

Ademais, Butler também destaca que não só é difícil separar a identidade de gênero dos outros contextos culturais do sujeito, como o mesmo acontece com a violência e a misoginia, por exemplo. O sofrimento de mulheres ocidentais e orientais acontece em âmbitos e de formas diferentes e não deve ser generalizado – da mesma forma com que o próprio termo duplo mulher/mulheres também não deve, sob o risco de indicar uma categoria ideal a que todos os sujeitos são mais ou menos expostos durante a vida. Mais que isso, ela destaca que, muitas vezes, teóricos que estudam países em desenvolvimento ou com religiões extremistas tratam a violência contra a mulher como “consequência”, mas quando o mesmo acontece em um contexto de primeiro mundo é “barbárie”. Ela escreve “A noção de um patriarcado universal vem sendo altamente criticada recentemente por causa de sua incapacidade de contabilizar a opressão de gênero vigente nos contextos culturais nos quais existe” (BUTLER, 2010, p. 5).

Em suma, o que se problematiza é a questão da identidade de gênero, através da questão da própria construção das identidades dos sujeitos na contemporaneidade, frente à problemática em si da abertura e da violência. Enquanto esses termos designam categorias ideais (mulher, mulheres, homem, feminino, masculino, etc.), eles também revelam uma narrativa contextual (e específica para cada sujeito) de uma violência vivida como resultado da vida na presença de discursos intermediados pela cultura local, pela mídia local (tanto massiva quanto pós-massiva), assim como pelas (igualmente ideias) noções de identidade nacional, étnica ou religiosa e pelos discursos da mídia (especificamente) massiva no que ela apresenta produz produtos transnacionais.



“Se essa rua fosse nossa”: construção de identidades de gênero em plataformas virtuais

Destaca-se, então, que o presente trabalho trata de um contexto cultural específico e local, sem intenção de generalizar ou reaplicar para outros sem que as relações teóricas sejam revisadas e rerepresentadas.

4 Se essa rua fosse nossa – gênero e violência

A escritora africana Chimamanda Adichie diz que feminista “é um homem ou mulher que reconhece que existe um problema com gênero hoje em dia que deve ser consertado, que precisamos ser melhores.” Entretanto, feminismo é um conceito e um movimento plural, amplo e, na prática indefinível.

Feminismo é a luta para acabar com a opressão sexista. Seu objetivo não é beneficiar apenas um grupo específico de mulheres, qualquer raça em particular ou classe de mulheres. Não privilegia mulheres sobre homens. Tem o poder de transformar significativamente nossas vidas. Mais importante, feminismo não é um estilo de vida nem uma identidade pronta (*ready-made*) ou papel no qual se pode se elencar (HOOKS, 1984, p. 26).

A perspectiva de Adichie, uma escritora de ficção que atingiu reconhecimento internacional com algumas de suas obras que lidam especificamente com a realidade da mulher na África Central (especialmente Nigéria), embora menos formal, traz um olhar mais empoderado, ela traz o movimento para um âmbito menos abstrato e mais prático onde ações vão mudar a maneira como a sociedade se comporta perante as mulheres. Em suas origens, o movimento feminista, através de um idealismo de igualdade socioeconômica entre os gêneros, buscava para as mulheres direitos primários em uma sociedade patriarcal; hoje em dia, embora esses direitos lhes sejam parcialmente garantidos em sociedades desenvolvidas, capitalistas e democráticas, as mulheres ainda são alvo de desigualdade e, em especial, continuam sendo vítimas cotidianas de violências físicas e simbólicas.

Segundo a pesquisa da jornalista Juliana de Faria em conjunto com a socióloga Bárbara Castro, chega a 70% o índice de mulheres que sofre algum tipo de violência física ligada especificamente a gênero durante a vida. A maioria desses crimes está ligado a violência sexual; só no Brasil, os números de estupro em 2012 ultrapassam homicídios e latrocínios somados. No entanto, os investimentos para prevenção e punição são baixos e pouco eficazes. Ainda segundo o levantamento de Faria e Castro, o cenário fica ainda mais



Pedro Henrique Baptista Reis

grave quando formadores de opinião, sejam jornalistas, repórteres, blogueiros ou políticos manifestam-se publicamente deslegitimando os atos de violência, tratando-os como rotineiros (FARIA e CASTRO, 2015). O problema de forma alguma é exclusivo do Brasil, e durante os anos 1980, ainda se via um número constantemente crescente de casos de violência (doméstica e não-doméstica) física contra a mulher, com a característica de ser primariamente uma violência de cunho sexual e moral em países desenvolvidos como Inglaterra e Estados Unidos (HOOKS, 1984, p. 117).

Enquanto a supremacia do masculino encoraja o uso de força abusiva para manter a dominação sobre as mulheres, é a noção filosófica Ocidental de governo hierárquico e autoridade coercitiva que é a raiz da violência contra as mulheres, do adulto contra a criança, de toda a violência entre aqueles que dominam e aqueles que são dominados. É esse sistema de crenças que é a fundação na qual a ideologia sexista e outras ideologias de opressão de grupos são baseadas; eles só podem ser eliminados quando esta fundação for eliminada (HOOKS, 1984, p. 118).

É a partir de uma compreensão bastante similar da dinâmica entre a construção da identidade feminina (e até mesmo, arguiríamos, da duplicidade do termomulher/mulheres enquanto problemática aberta do confronto de sujeitos específicos com tipos ideais) que em março de 2015 um grupo de jovens de Porto Alegre criou um grupo secreto no *Facebook* com o intuito de debater e lutar pela segurança das mulheres em espaços públicos da capital. Grupo esse que começou com menos de 10 jovens mulheres, predominantemente brancas e de classe média, gerou, depois da adição de mais colaboradoras, uma página com o intuito de formar um coletivo ativista feminino cujo nome é “Se essa rua fosse nossa”. Hoje, poucos meses e mais de 20 mil “curtidas” depois, a comunidade vem ganhando cada vez mais espaço dentro e fora das redes sociais.

O nome, elaborado a partir da cantiga folclórica “Se essa rua fosse minha”, canção quase apócrifa que compõe o léxico das chamadas “canções de roda” no Brasil pelo menos desde o século XVII, pretende mostrar a realidade local dos ambientes compartilhados da cidade ao mesmo tempo em que representa um ideal comum do coletivo e de suas colaboradoras da possibilidade de sentir-se também parte ativa e pertencente desses espaços.



“Se essa rua fosse nossa”: construção de identidades de gênero em plataformas virtuais

Primeiramente um grupo “fechado”, que usuários só podem ver e postar quando convidados por outro usuário, a comunidade secreta/privada ² na rede social *Facebook* tornou-se em pouco tempo uma página oficial do movimento.

Aqui nos debruçamos sobre todas as postagens dessa página no período de 2 de Março de 2015 a 2 de Julho de 2015. Nosso critério de seleção dos posts que discutiremos a seguir é balizado pela (1) imbricação dos usos feitos com os espaços oferecidos dentro da comunidade desde que se tornou pública, (2) a visibilidade que o grupo ganhou nos veículos de mídia de massa, (3) a atuação do grupo junto ao âmbito propriamente político da cidade de Porto Alegre e, finalmente, (4) pela imbricação daquilo que aqui compreendemos como a voz, narrativamente, e a problemática propriamente feminista. Nossa análise se dará através da descrição de certas ações e acontecimentos, conjuntamente à uma hermenêutica que dê conta desses 4 vértices enquanto eles articulam ou não as problemáticas da narratividade de si.

Já em seu primeiro mês de atividade, além de conquistar mais de quinze mil fãs, arrecadou depoimentos nas ruas que geraram um material com as percepções de diversas mulheres a respeito de como se sentiam quando em público na cidade - uma espécie de etnografia informal, baseada em pequenos excertos de narrativas de vida enfocados na vivência urbana - dos sentimentos de segurança (ou insegurança) na localidade da Grande Porto Alegre. Relatos de medo, insatisfação e desrespeito preencheram os quarenta segundos do vídeo publicado no YouTube ³ na segunda-feira subsequente ao dia da mulher. No próprio dia oito de março, as colaboradoras promoveram um encontro no Parque da Redenção onde elaboraram um painel de quase dois metros quadrados no qual meninas e mulheres puderam escrever como seria seu cotidiano se as ruas fossem das mulheres. O fundo branco ficou repleto de mensagens coloridas, de expectativas e ideias de um contexto melhor no qual as mulheres pudessem expressar suas vontades, desejos e feminilidade, em todas as suas possíveis pluralidades, sem sofrer qualquer tipo de desrespeito, violência ou assédio. Mensagens essas que, embora não utilizassem das mesmas palavras, tinham a mesma intenção que esta de Chimamanda Adichie “Eu escolhi parar de me desculpar pela minha feminilidade e minha “*femaleness*”. E quero ser respeitada em toda minha “*femaleness*” porque mereço ser”.

² Disponível em: <<https://www.facebook.com/seessaruafossenossa?fref=ts>>. Acesso em 03 jun 2015.

³ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=CZxPsXdjxV8>>. Acesso em 03 jun 2015.



Pedro Henrique Baptista Reis

A maior repercussão da página, no entanto, veio no dia 18 de março de 2015 com a publicação de um relato redigido e editado por uma vítima de abuso sexual que faz parte do grupo de colaboradoras que elaborou a página. A narrativa contava não só com detalhes a respeito do momento do abuso, mas também de uma série de negligências pelas quais a vítima passou durante os procedimentos de registro de ocorrência, exame de corpo de delito e outras formalidades que exigiriam sensibilidade e atenção especiais dos órgãos públicos envolvidos. Com mais de 26 mil curtidas e mais de 10 mil compartilhamentos, a postagem atraiu atenção de diversos canais de mídia massiva local que entraram em contato com a página para ter acesso à vítima e a mais informações a respeito do acontecido. Em cerca de 48 horas, 4 emissoras multimídia já tinham realizado entrevistas com a denunciadora e publicado comunicados em diferentes canais - da mídia tradicional massiva, com cobertura nos principais seguimentos de notícias dessas emissoras e da mídia pós-massiva, com postagens de grande repercussões nos sites, portais e perfis em redes sociais - a respeito do acontecido. O foco central nessas matérias, divulgadas em alguns dos principais veículos massivos e pós-massivos do Estado do Rio Grande do Sul e com repercussão nacional, como o Jornal Zero Hora⁴ os portais G1⁵, Sul21⁶ e Jornalismo B⁷ⁱ, entre muitos outros, foi centralmente o descaso das autoridades policiais com o relato da vítima. Como mostra uma das notícias, do portal Sul21, ligado ao Jornal O Sul, a publicização do relato ocasionou com que outras mulheres também vítimas de descaso se manifestassem.

⁴ "Universitária faz desabafo sobre estupro à luz do dia na Redenção", no site da Zero Hora. Matéria de 18 de março de 2015. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2015/03/universitaria-faz-desabafo-sobre-estupro-a-luz-do-dia-na-redencao-4721340.html>>. Acesso em 03 jun 2015.

⁵ "Universitária diz ter sido estuprada à luz do dia em parque de Porto Alegre", no portal de notícias G1. Matéria do dia 19 de março de 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/03/universitaria-diz-ter-sido-estuprada-luz-do-dia-em-parque-de-porto-alegre.html>>. Acesso em 03 jun 2015.

⁶ "Após estupro na Redenção, outras mulheres relatam descaso policial", no portal de notícias Sul21. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/apos-estupro-na-redencao-outras-mulheres-relatam-descaso-policial/>> . Acesso em 03 jun 2015.

⁷ "Falhas no atendimento de mulheres vítimas de violência são apresentadas em relatório da comissão de direitos humanos da câmara de vereadores de Porto Alegre", no portal Jornalismo B. Matéria do dia 13 de maio de 2015. Disponível em: <<http://jornalismob.com/2015/05/13/falhas-no-atendimento-de-mulheres-vitimas-de-violencia-sao-apresentadas-em-relatorio-da-comissao-de-direitos-humanos-da-camara-de-vereadores-de-porto-alegre/>>. Acesso em 03 jun 2015.



“Se essa rua fosse nossa”: construção de identidades de gênero em plataformas virtuais

O envolvimento da mídia tradicional com a página virtual trouxe consigo mais audiência, mais interação e, principalmente, mais confiança por parte das mulheres de que o “Se essa rua fosse nossa” era um espaço seguro para manifestações, um local, mesmo que não físico, onde suas histórias seriam ouvidas, onde elas poderiam ter orientação de onde procurar ajuda e cujos relatos só seriam publicados se autorizados pela relatante e se preservando a privacidade. Mais que isso, a página passou a ser vista rapidamente como um local onde vítimas encontravam outras vítimas que as amparavam e lhes ajudavam a tirar de si o fardo da sensação de culpa que, normalmente, acompanha as vítimas de assédio e abuso sexual. Em suma, essa comunidade que hoje conta com mais de 25 mil curtidas, tornou-se uma expressão da duplicidade conceitual da voz: enquanto espaço de expressão, através de ações de fala (no caso, mediadas principalmente por computador) e ao mesmo tempo enquanto “valor de valores” (COULDRY, 2010).

Também em função da repercussão a partir das notícias em meios tradicionais, começou a relação entre as representantes da página e representantes do governo do município e do estado - evidenciando, então, um processo de valorização da voz de forma propriamente política. Tanto a vereadora Fernanda Melchionna (do PSOL, Partido Socialismo e Liberdade) quanto a deputada estadual Manuela D’Avilla (do PC do B, Partido Comunista do Brasil) proporcionaram espaços de voz e entraram em contato com a página, prontificando-se e disponibilizando auxílio para levar as questões denunciadas na página para as pautas discutidas entre nossos representantes no governo. Em resposta a perguntas pontuais feitas as coordenadoras do “Se essa rua fosse nossa”, o coletivo manifestou-se:

A Fernanda Melchionna [nos procurou] porque se comoveu muito com o relato de estupro divulgado, que teve uma visibilidade televisiva incrível. A partir disso, ela resolveu botar na pauta da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de Porto Alegre a negligência dos órgãos públicos sobre a temática da violência contra a mulher. O contato surgiu para que eu [uma das coordenadoras do coletivo] participasse da audiência representando o grupo ‘Se Essa Rua Fosse Nossa’, que fez a denúncia desse relato. A audiência também tinha a participação da Brigada Militar, da DEAM, do DMLU, do Parque da Redenção e de diversos grupos de apoio à causa.

A partir dessa relação, aconteceram os primeiros convites para que duas colaboradoras do coletivo frequentassem reuniões da Secretaria de Segurança e da Comissão de Direitos Humanos na Câmara de Vereadores, tendo a oportunidade de não só atuar em nome do grupo,



Pedro Henrique Baptista Reis

mas também trazer para as mesas de debates da questão de gênero e de segurança da mulher nas ruas de Porto Alegre. Em manifestação do grupo:

A audiência surgiu como primeira ação, para perguntar o posicionamento dos órgãos diante da denúncia em relação ao caso - porque, no relato que divulgamos, foram apontadas muitas falhas na assistência das vítimas desse tipo de crime. A partir disso, foi aberto um inquérito de investigação, feito pela própria Comissão, que visitou todos os estabelecimentos em parceria ao Se Essa Rua Fosse Nossa para produzir um diagnóstico da rede de proteção às mulheres, nomeando todas as falhas e dando sugestões de melhorias.

Essa relação trouxe frutos em diferentes níveis: além de uma relação ainda mais próxima com os órgãos responsáveis pela segurança dos cidadãos e com a delegacia da mulher, a ressonância da narração publicada influenciou ações policiais mais ágeis que resultaram na prisão de um dos criminosos em uma semana. Os contatos feitos com o grupo foram muitos:

O contato direto foi com a Câmara mesmo, os outros órgãos foram visitados pela gente e instruídos às mudanças. Vamos ter uma terceira audiência no final de julho para cobrar resoluções para os problemas que foram levantados no diagnóstico.

5 Considerações finais

Considerando o levantamento bibliográfico e a descrição do caso, é possível construir relações sólidas entre os dois. Não só em função da perspectiva de Judith Butler, que mostra como mulheres se identificam com a causa feminista por diferentes motivos, por consequência de reconhecer suas numerosas identidades, tanto no grupo de indivíduos quanto em um mesmo sujeito, mas também com a realidade tácita da vivência política. “Onde quer que homens [e mulheres] vivam juntos, existe uma rede de relacionamentos humanos que é [...] tecida pelos feitos e palavras de inúmeras pessoas” (ARENDRT apud: BERNAUER, 1987, p. 41).

Em primeira instância, já é pertinente relacionar o agrupamento necessário para o lançamento da página como fenômeno social, político e comunicacional. Não só por causa das observações de Couldry a respeito do ganho de voz como uma atividade coletiva e um “valor de valores”, mas também da conveniência da união quando se objetiva organizar-se a



“Se essa rua fosse nossa”: construção de identidades de gênero em plataformas virtuais

fim de um objetivo comum. Hannah Arendt explica essa relação com o mundo de forma bastante sintética:

Pertencer a um grupo é, de início, um dado efetivamente natural: você sempre pertence a grupo qualquer, em razão de seu nascimento. Mas pertencer a um grupo, [...], organizar-se, isso é uma coisa completamente diferente. Essa organização sempre se dá no interior de uma relação com o mundo. O que significa que o é comum àqueles que se organizam desse modo é o que normalmente chamamos de interesse (ARENDDT, 1993, p. 138).

Esses interesses são os pontos de contato entre as várias características da construção de identidade de cada indivíduo participante do coletivo organizado e são também a manifestação de *loci* móveis (e quando viabilizados pela intermediação do computador, não-lugares) e híbridos onde as vozes se interseccionam para serem ouvidas (enquanto processo de fala, de aparecer entre os outros) e enquanto “valor de valores” (num espaço em que ela é valorizada pelo que se diz e pelo simples fato de que é possível se dizer). Essa (mais uma!) duplicidade já é característica do processo fluido imposição/construção dos valores que constituem o que os teóricos que interpelamos para essa análise denominam a problemática da identidade e, especificamente, da identidade de gênero. O grupo, coletivo ou qualquer nome que se queira dar a esse “organizar-se” é uma forma desses indivíduos atuarem enquanto sujeitos *ao* mundo e enquanto sujeitos “no” mundo.

Embora seja um grupo diversificado com jovens de diferentes idades e contextos socioculturais, elas se uniram por uma mesma causa, um motivo comum: proteger as mulheres nas ruas de Porto Alegre - ou, em outras palavras, se uniram exatamente contra a manifestação de um fenômeno (a violência urbana perpetrada contra as mulheres). É um grupo, portanto, reativo (sujeito “ao” mundo), mas também ativo (sujeito “no” mundo), que através das suas ações, se não por qualquer outra razão, procura, frente ao extermínio da parcela designada como mulher da vivência pacífica e ordeira urbana, busca trazer a afirmação não exatamente de uma definição de mulher/mulheres (algumas ações recentes do grupo, que mereceriam atenção em um segundo ou terceiro artigo, enfocam na violência contra mulheres transexuais também), mas uma afirmação de que se essa identidade de gênero pode ser sublimada ou condensada numa definição fechada ou não, realmente não importa; de forma a exatamente problematizar o termo duplo mulher/mulheres através de uma verdadeira construção do comum que é perpetrada pela sociedade em geral, como visto, nos dados acerca



Pedro Henrique Baptista Reis

da violência cotidiana contra as mulheres, nas representações, não raro, unidimensionais de identidade de gênero apresentadas pelos discursos, imagens e representações dos meios massivos e pela possibilidade de enfrentar essas violências físicas e simbólicas através dos modos agregadores que as interações mediadas por computador permitem.

Isso coloca a problematização do “Se essa rua fosse Nossa...” diretamente dentro do escopo das discussões contemporâneas acerca da teoria feminista e coloca esse esforço na posição de questionar e propor uma maior problematização da afirmação de Manuel Castells citada no início desse trabalho. É absolutamente inegável que os sistemas tecnológicos são produtos de uma sociedade, cultura e clima econômico específico em sociedades específicas, entretanto não podemos deixar de notar que, ao mesmo tempo, eles também compõem uma sistematização de via dupla - ao serem frutos de uma determinada sociedade, e exatamente por isso serem “absorvidas” em infinitos conjuntos de usos e práticas que se desenvolvem ao seu redor, eles também fundamentalmente mudam e/ou têm o potencial de mudar a própria sociedade que “lhes pariu”. Assim, são sim operadores determinísticos - contém em si potenciais específicos e determinações específicas contidas nos limites de seus usos, mas, ao mesmo tempo, também são ações de via dupla nas quais uma cultura específica se vale desses operadores delimitados e determinados para (re)criar práticas e usos próprios que, exatamente, não são de forma alguma determinísticos. Não são os meios em si que são “valores”: eles se manifestam, como a voz que é neles ocasionada, como “valor de valores”.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Companhia das letras, 2014.

ALCOFF, Linda. Cultural feminist versus post-structuralism: the identity crisis in feminist theory. In: **Signs**, v.13, n.3, p. 405-436, 1988.

ARENDT, Hannah. **A dignidade da política** - ensaios e conferências. Relume-dumará, Rio de Janeiro, 1993.

BAPTISTA, Maria Manuel; ESCOSTEGUY, Ana Carolina. História de mulheres trabalhadoras, mídia e construção identitária: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal. In: **Ciberlegenda** - 2015, n. 32.



“Se essa rua fosse nossa”: construção de identidades de gênero em plataformas virtuais

BUTLER, Judith. **Gender trouble**. Routledge, 2010.

_____. **Giving an account of ones self**. Fordham University Press, Nova Iorque, 2005.

CAVARERO, Adriana. **Relating narratives** – storytelling and selfhood. Routledge, Londres, 2000.

CASTELLS, Manuel. **Communication power**. Oxford University Press, 2005.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Org.) et alii. **Sociedade em rede: do conhecimento à ação política**. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Brasília, 2005.

COULDRY, Nick. **Whyvoicematters**. SAGE Publications, Londres, 2010.

FACEBOOK. **Comunidade Se essa rua fosse nossa**.

Disponível em: <<https://www.facebook.com/seessaruafossenossa?fref=ts>>. Acesso em 03 jun 2015.

G1 PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO. **Universitária diz ter sido estuprada à luz do dia em parque de Porto Alegre**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/03/universitaria-diz-ter-sido-estuprada-luz-do-dia-em-parque-de-porto-alegre.html>>. Acesso em 03 jun 2015.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP&A, Rio de Janeiro, 2011.

JORNALISMO B. **Falhas no atendimento de mulheres vítimas de violência são apresentadas em relatório da comissão de direitos humanos da câmara de vereadores de Porto Alegre**. Disponível em: <http://jornalismob.com/2015/05/13/falhas-no-atendimento-de-mulheres-vitimas-de-violencia-sao-apresentadas-em-relatorio-da-comissao-de-direitos-humanos-da-camara-de-vereadores-de-porto-alegre/>. Acesso em 03 jun 2015.

HOOKS, Bell. **Feminist theory - from margin to center**. South End Press, 1984.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. EDUSC, Bauru, 2001.

RÜDIGER, Francisco. **as teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores**. Sulina, Porto Alegre, 2011.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer**. Editora autêntica, 2015.

SE ESSA RUA FOSSE NOSSA. Disponível em: <<http://facebook.com/seessaruafossenossa>> Acesso em 03 junho/2015.



Pedro Henrique Baptista Reis

SUL 21 PORTAL DE NOTÍCIAS. Após estupro na Redenção, outras mulheres relatam descaso policial. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/apos-estupro-na-redencao-outras-mulheres-relatam-descaso-policial/>>. Acesso em 03 jun. 2015.

WE SHOULD ALL BE FEMINISTS: Chimamanda Ngozi Adichie .Produtora TEDxEuston. Estados Unidos: 2013. Duração (30h15min). Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=hg3umXU_qWc>. Acesso em 03 jun. 2015.

YOU TUBE. Se essa rua fosse nossa.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CZxPsXdjxV8>>. Acesso em 03 jun. 2015.

ZERO HORA. Universitária faz desabafo sobre estupro à luz do dia na Redenção.

Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2015/03/universitaria-faz-desabafo-sobre-estupro-a-luz-do-dia-na-redencao-4721340.html>> Acesso em 03 jun. 2015.

Artigo recebido em agosto de 2015
e aprovado em novembro de 2015